

# 106º EXAME DA ORDEM

## 1ª FASE

### **Direito Tributário**

1. Determinado Município executa a pavimentação de uma via pública e cobra Taxa de Pavimentação dos proprietários de imóveis lindeiros. Essa taxa

- (A) é legal e deve ser paga.
- (B) é ilegal por se tratar de serviço geral que serve a toda a comunidade.
- (C) é ilegal porque a pavimentação de via pública é fato gerador de contribuição de melhoria.**
- (D) é ilegal porque não é um serviço de interesse público e deveria ser cobrada tarifa e não taxa.

2. Determinado contribuinte do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) sofre lançamento em que o valor venal do imóvel é muito elevado em relação aos preços de mercado. A medida judicial adequada para suspender a exigibilidade do crédito e livrar-se da exigência é

- (A) promover ação de consignação em pagamento do valor que entende devido.
- (B) impetrar mandado de segurança.
- (C) promover ação cautelar de depósito do valor que entende devido.
- (D) promover ação de anulação do lançamento tributário, com depósito do valor total.**

3. A Administração Pública, apoiada em lei, promove a redução da base de cálculo de determinado tributo. Esse ato caracteriza

- (A) isenção parcial do tributo.
- (B) benefício fiscal específico.**
- (C) remissão parcial do tributo.
- (D) imunidade parcial do tributo.

4. Determinado Município lança Taxa de Fiscalização Sanitária em relação a estabelecimento da União Federal por ele fiscalizado. Essa taxa é

- (A) indevida, pois o Município não pode fiscalizar a União Federal.
- (B) inconstitucional, em face da imunidade tributária da União Federal.
- (C) ilegal porque a União Federal é isenta de taxas.
- (D) válida e a União Federal deve pagá-la.**

5. Embora o inciso V do artigo 156 do Código Tributário Nacional afirme que a prescrição extingue o crédito tributário, isso não ocorre porque a prescrição extingue

**(A) apenas o direito de ação para a cobrança do crédito.**

(B) a obrigação tributária.

(C) o direito à constituição do crédito, impedindo o seu surgimento.

(D) o direito à inscrição do crédito como dívida ativa da Administração Pública.

6. A remissão do crédito tributário corresponde a

(A) imposto, juros e multa.

**(B) imposto e multa.**

(C) multa e correção monetária.

(D) multa e juros.

7. Em um processo de execução fiscal embargada, a Administração deixou de impugnar os embargos do devedor. O efeito processual será a

(A) desconstituição do título executivo.

(B) configuração da revelia da Administração, com a dispensa da prova da matéria fática por parte do embargante.

(C) inversão do ônus da prova, passando ele para a Administração.

**(D) concentração na pessoa do embargante do dever de produzir prova para anular a certidão de dívida ativa.**

8. Em um processo de execução fiscal por tributos não pagos, promovido contra uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada dissolvida, são citados como responsáveis tributários todos os sócios, sendo que apenas um exerceu a gerência. Infere-se que

(A) a responsabilidade pelo tributo não pago é de todos os sócios pela totalidade da dívida.

(B) não há qualquer responsabilidade de nenhum deles em face da dissolução da sociedade.

(C) somente o sócio-gerente é responsável, mas pelo valor da sua parte no capital da empresa.

**(D) somente o sócio-gerente é pessoal e integralmente responsável.**

## **Direito Penal**

9. São causas que excluem o crime e a culpabilidade, respectivamente:

(A) estado de necessidade / legítima defesa.

**(B) legítima defesa / inimputabilidade.**

(C) desconhecimento da lei / exercício regular de direito.

(D) erro de proibição inevitável / erro de tipo.

10. José Luiz, 18 anos, foi preso em flagrante delito quando fumava "crack", tendo em seu poder, ainda, duas pedras do mesmo entorpecente. José Luiz é primário e portador de bons antecedentes. No caso específico, é correto afirmar que

(A) em vista da quantidade de droga apreendida, José Luiz deve ser preso e denunciado por

infração ao artigo 12 da Lei 6.368/76.

(B) José Luiz deve ser denunciado por infração ao artigo 16 da Lei 6.368/76, tendo direito à transação penal, prevista na Lei 9.099/95.

(C) José Luiz deve livrar-se solto, em vista de seus antecedentes, e responder a processo por infração ao artigo 12 da Lei 6.368/76.

**(D) José Luiz deve ser denunciado por infração ao artigo 16 da Lei 6.368/76, tendo o direito à suspensão condicional do processo.**

11. César, sabendo que sua filha fora violentada momentos antes por Mário parte ao seu encaço, levando consigo o seu amigo Joaquim. Ambos armam uma emboscada e matam Mário, ateando fogo em suas vestes. Os crimes praticados por César e Joaquim são, respectivamente:

(A) homicídio privilegiado / homicídio privilegiado.

(B) homicídio privilegiado qualificado / homicídio privilegiado qualificado.

(C) homicídio qualificado / homicídio privilegiado.

**(D) homicídio privilegiado qualificado / homicídio qualificado.**

12. "Normas penais em branco" são

**(A) normas de conteúdo incompleto, as quais exigem complementação por outra norma jurídica, a fim de serem aplicadas ao fato concreto.**

(B) normas de conteúdo abstrato, as quais independem de complementação jurídica de outra norma.

(C) normas de conteúdo vago, cujos preceitos devem ser analisados de forma restrita, com intuito de evitar interpretação analógica.

(D) normas de conteúdo incerto, pelas quais o juiz deve analisá-las de acordo com o critério de maior benignidade para o réu.

13. De acordo com a doutrina penal, é crime instantâneo de efeitos permanentes:

(A) extorsão mediante seqüestro.

(B) seqüestro.

**(C) bigamia.**

(D) sedução.

14. Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou um crime

**(A) preterdoloso.**

(B) doloso puro.

(C) doloso misto.

(D) culposo misto.

15. João pretende matar seu vizinho, e não esconde seu sentimento, dizendo a todos do bairro seu intento delitivo. Comete João algum crime?

- (A) Não, a cogitação não é punida no Direito Penal.
- (B) Sim, crime de ameaça.**
- (C) Sim, crime de homicídio tentado.
- (D) Não, porque não há crime de lesões corporais tentado.

16. "Crime putativo" é

- (A) o fato típico em que a conduta do sujeito ativo se confunde com a conduta, também ilícita, do sujeito passivo.
- (B) aquele em que o sujeito ativo pressupõe, por negligência, que não há fato ilícito, quando, a vítima consente com a conduta.
- (C) todo o crime praticado por menores inimputáveis.
- (D) aquele no qual o agente imagina, por erro, que está cometendo uma conduta ilícita prevista no nosso ordenamento jurídico, quando o fato não é considerado crime.**

17. Reinaldo, ao jogar futebol profissional, pratica violência esportiva contra um dos jogadores do time adversário. É correto afirmar que

- (A) caberá à Federação de Futebol definir, em processo próprio, se a agressão constitui crime a ser punido na esfera administrativa.
- (B) Reinaldo cometeu crime de lesões corporais culposas, previsto no artigo 129, parágrafo 6º do Código Penal.
- (C) somente haverá crime a ser punido quando houver excesso do sujeito ativo, agindo Reinaldo com a intenção deliberada de desobedecer às normas esportivas, gerando resultados lesivos.**
- (D) Reinaldo agiu em legítima defesa, o que constitui causa de exclusão da antijuridicidade e de culpabilidade.

18. O Magistrado, ao fixar a pena atribuída ao réu, deverá adotar o sistema trifásico para seu cálculo. Entende-se por este sistema que

- (A) a pena-base deve ser fixada considerando-se as circunstâncias judiciais, para, após, serem aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por fim, as causas de diminuição e de aumento de pena.**
- (B) a pena-base deverá ser fixada em três fases distintas, não importando a ordem em que serão analisadas as circunstâncias judiciais, as causas de diminuição e de aumento de pena e as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- (C) a pena-base é fixada de acordo com a dosimetria de pena estabelecida pelo juiz, sempre considerando os três tipos de pena existentes no nosso sistema penal.
- (D) é indispensável que o juiz analise todas as três circunstâncias de aumento ou de diminuição de pena.

### **Direito Processual Penal**

19. Da decisão de Tribunal Estadual denegatória de habeas corpus caberá recurso

- (A) ordinário, no prazo de dez dias, ao Superior Tribunal de Justiça.

**(B) ordinário, no prazo de cinco dias, ao Superior Tribunal de Justiça.**

(C) extraordinário, no prazo de cinco dias, ao Supremo Tribunal Federal.

(D) de habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal.

20. A suspensão condicional do processo pode ser concedida

(A) em qualquer espécie de crime, desde que o réu seja primário e de bons antecedentes.

(B) somente aos crimes classificados como de menor potencial ofensivo.

**(C) a qualquer crime, desde que a pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.**

(D) a qualquer crime, desde que a pena máxima não exceda a um ano.

21. No procedimento para o julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, reconhecendo o Juiz Singular a existência de circunstância que exclua o crime, deverá

(A) impronunciar o réu.

**(B) absolver sumariamente o réu.**

(C) pronunciar o réu e levá-lo a julgamento pelo Plenário, competente constitucionalmente para proferir tal julgamento.

(D) absolver o réu, aplicando medida de segurança.

22. Dispõe o art. 261 do Código de Processo Penal que "nenhum acusado, ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor". Levando-se em consideração a capacidade postulatória do estagiário, é possível reconhecer a validade dos atos de defesa praticados por este em determinado processo?

**(A) Não, pois o estagiário não pode praticar atos judiciais de defesa, privativos de advogado.**

(B) Sim, o estagiário, desde que inscrito na OAB, pode substituir advogado nos atos privativos deste.

(C) Não, pois ao estagiário somente cabe a tarefa de auxiliar o advogado, não podendo subscrever qualquer ato em defesa do réu em processo penal.

(D) Sim, o estagiário tem plenas condições de defender o réu em processo que se apure infração penal, em atendimento ao preceito legal da ampla defesa.

23. Pela sentença criminal, o Juiz de Direito analisa as provas carreadas aos autos processuais, solucionando a lide e decidindo o mérito da causa. Entende-se por "parte dispositiva" a parte da sentença

**(A) na qual o juiz conclui o raciocínio desenvolvido durante a motivação, julgando procedente ou improcedente a pretensão punitiva.**

(B) na qual, após a conclusão, com o acolhimento ou não da pretensão punitiva deduzida, o juiz assina o decidido.

(C) na qual o juiz exterioriza a motivação da sentença, desenvolvendo o raciocínio pelo qual chegou àquela conclusão.

(D) na qual o juiz sumula o pedido e principais peças, consignando o nome das partes.

24. Tratando-se de réu menor, enquanto não intimado o curador a ele nomeado, a sentença não tramita em julgado. Tal assertiva é

- (A) parcialmente incorreta.
- (B) incorreta.
- (C) correta.**
- (D) correta, apenas se tratar de réu preso.

25. Carmelita, testemunha em processo penal, traz seu depoimento por escrito e, ao ser inquirida pelo Magistrado do feito, apenas consigna que está juntando seu relato em 05 laudas. O Promotor de Justiça não concorda com isto. Está ele com razão ?

- (A) Sim, de acordo com o Código de Processo Penal, o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, podendo, entretanto, consultar seus apontamentos.**
- (B) Não, desassiste razão ao Promotor de Justiça, eis que o relato por escrito é mais completo que o verbal, devendo ser admitido sem reservas em todos os casos.
- (C) Depende do caso concreto, eis que, por vezes, a testemunha pode eximir-se de prestar depoimento verbal perante as partes, advogados e demais escrivães da Justiça.
- (D) Não, tendo em vista que no início do depoimento o juiz questiona se a testemunha prefere manifestar-se por escrito ou oralmente, sendo-lhe facultada a escolha por um dos dois modos.

26. Em caso de absolvição do réu em processo criminal, reconhecendo o Magistrado a inexistência do fato, é possível a vítima ingressar com ação civil para ressarcimento do dano sofrido?

- (A) Sim, levando-se em consideração que a responsabilidade civil e criminal são independentes.**
- (B) Não, pois se o Juiz Penal negou categoricamente a existência do fato, não há como o Juiz Cível reconhecer sua existência.
- (C) Sim, desde que a ação civil produza prova suficiente para demonstrar a existência do fato.
- (D) Não, tendo em vista a supremacia da Justiça Penal sobre a Justiça Cível.

27. Percebendo que o réu está se ocultando para não ser citado em ação penal, deverá o Magistrado

- (A) ordenar a citação por hora certa.
- (B) decretar a prisão preventiva do acusado.
- (C) anotar tal circunstância e julgar prejudicada a citação por este motivo.
- (D) determinar a citação por edital, com prazo de cinco dias.**

28. Processar e julgar pessoa acusada de crime de uso de passaporte falso compete:

- (A) ao Juízo Federal do lugar onde o delito se consumou.**
- (B) ao Juízo Estadual do lugar onde o delito se consumou.

- (C) aos Juízos Federal e Estadual do lugar onde o delito se consumou, adotando-se a regra da prevenção.
- (D) ao Juizado Especial Criminal do local da infração.

29. Após o transcurso do inquérito policial, o Ministério Público oferece denúncia contra Joel da Silva, de 37 anos de idade, cuja qualificação e/ou descrição física será(ão) oportunamente individualizada(s) durante a instrução criminal. Reveste-se de validade esta peça processual ?

- (A) **Não, pois compete ao Ministério Público individualizar a pessoa do imputado, de modo a saber-se contra quem será instaurada a ação penal.**
- (B) Sim, tendo em vista que o Promotor de Justiça não precisa ab initio necessariamente fixar relação de causalidade entre o fato criminoso e o suposto culpado.
- (C) Desde que recebida a denúncia pelo Magistrado do feito, dever-se-á proceder à citação por edital, com vistas a todas as pessoas de nome Joel da Silva se manifestarem a respeito.
- (D) A denúncia do Ministério Público sempre terá validade, pouco importando a qualificação correta do acusado, mesmo porque a instrução probatória sequer se iniciou.

### **Direito Comercial**

30. O endosso feito no título de crédito cambial a ordem, antes de seu vencimento,

- (A) garante o pagamento, mas não transmite os direitos desse título.
- (B) **transmite os direitos e garante o pagamento desse título.**
- (C) garante o pagamento desse título, e equivale a uma cessão civil desse título.
- (D) somente transmite os direitos desse título, mas não garante o pagamento do título.

31. O aval

- (A) tem o mesmo efeito do endosso no título de crédito cambial e cambiariforme.
- (B) tem o mesmo efeito de uma cessão do título de crédito cambial e cambiariforme.
- (C) **é uma garantia de pagamento, dada por terceiro ou por um signatário do título, dos títulos de crédito cambiais e cambiariforme.**
- (D) é garantia de pagamento dos contratos públicos e privados.

32. Nota promissória a vista, sem prazo de apresentação estipulado,

- (A) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua emissão.
- (B) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 1 (hum) ano, a contar da data de sua emissão.
- (C) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua emissão.
- (D) **não precisa ser apresentada para pagamento.**

33. As ações dos endossantes uns contra os outros e contra o sacador de letra de câmbio prescrevem

- (A) em 1 (hum) ano a contar da data do protesto feito em tempo útil.
- (B) em 1 (hum) ano a contar da data do vencimento.
- (C) em 6 (seis) meses a contardo dia em que o endossante pagou a letra, ou em que ele próprio foi acionado.**
- (D) em 3 (três) anos a contar do seu vencimento.

34. O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de seu vencimento, perderá o direito de

- (A) ação contra o sacador e aceitante.
- (B) regresso contra o sacador e seu endossante.
- (C) regresso contra o aceitante e seu avalista.
- (D) regresso contra os endossantes e seus respectivos avalistas.**

35. O cheque pré-datado

- (A) não pode ser avalizado ou endossado.
- (B) pode ser apresentado para pagamento antes do dia indicado, como data de emissão, e pagável no dia da apresentação.**
- (C) não é considerado cheque, em razão da pré-datação.
- (D) para ser pago é necessário o seu depósito em conta corrente.

36. A revogação ou contra ordem do cheque,

- (A) só produz efeito depois de expirado o prazo de apresentação.**
- (B) produz efeito antes de expirado o prazo de apresentação.
- (C) é o mesmo que oposição ao pagamento do cheque.
- (D) só produz efeito após o protesto do cheque.

37. O contrato de compra e venda mercantil de efeitos móveis

- (A) transmite o domínio dos efeitos móveis para o comprador.
- (B) cria para o vendedor a obrigação de entregar os efeitos móveis vendidos, pelo modo estabelecido no contrato, sob pena de responder por perdas e danos.**
- (C) transmite a posse, e não o domínio, dos efeitos móveis para o comprador.
- (D) transmite a posse e o domínio dos efeitos móveis para o comprador.

38. Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se reúnem, sem firma social, para lucro comum, em uma ou mais operações de comércio determinadas, trabalhando uma, algumas ou todas, em seu nome individual para o fim social, configura-se

- (A) sociedade de capital e indústria.
- (B) sociedade em comandita.
- (C) sociedade em nome coletivo.
- (D) sociedade em conta de participação.**

39. As ações das Sociedades Anônimas, no tocante aos direitos ou vantagens que confirmam aos seus titulares, podem ser

- (A) nominativas e nominativas endossáveis.
- (B) nominativas e ao portador.
- (C) ordinárias, preferenciais ou de fruição.**
- (D) fungíveis e escriturais.

40. Marque a alternativa continente da correta classificação dos créditos para seu oportuno atendimento no processo falimentar.

- (A) Créditos com direito real de garantia, créditos fiscais, créditos com privilégio especial sobre determinados bens.
- (B) Créditos fiscais, créditos por encargos da massa, créditos por indenização decorrente de acidente do trabalho.
- (C) Créditos previdenciários, créditos por dívidas da massa e decorrentes de salários, férias e indenizações trabalhistas.
- (D) Créditos trabalhistas, créditos decorrentes de indenizações por acidente no trabalho, créditos fiscais.**

41. A sentença declarativa da falência desafia os recursos de

- (A) apelação e agravo de instrumento.
- (B) agravo de instrumento e recurso especial.**
- (C) apelação e embargos infringentes.
- (D) embargos de declaração e apelação.

42. A execução da sentença declaratória da quebra por inadimplemento de obrigação líquida, certa e exigível poderá ser embargada pelo instrumento processual próprio no prazo de

- (A) 2 dias.**
- (B) 3 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 10 dias.

43. A impetração do favor legal de concordata suspensiva depende do consentimento da

- (A) maioria dos sócios nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada e nas sociedades de capital e indústria.
- (B) unanimidade dos sócios nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada e dos sócios titulares de ações ao portador, quer ordinárias, quer preferenciais, nas sociedades anônimas.
- (C) maioria dos sócios nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada e dos sócios integrantes de diretoria, em caso de urgência e posterior homologação por assembléia geral.
- (D) unanimidade dos sócios nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada e nas sociedades em comandita simples.**

44. A declaração de crédito do credor nomeado para o encargo de síndico da falência, na fase da habilitação, subordina-se ao exame e parecer de

- (A) três credores nomeados pelo Juízo.
- (B) dois dos maiores credores habilitados.
- (C) dois credores nomeados pelo Juízo.**
- (D) três dos maiores credores indicados pelos demais e nomeados pelo Juízo.

### **Direito do Trabalho**

45. Se a base territorial do sindicato representativo da categoria abrange mais de um Município para deliberar sobre greve, a assembléia sindical deve ser realizada

- (A) no Município do sindicato.
- (B) em cada Município integrante da base territorial, exceto quando particularizado o conflito.**
- (C) em cada Município integrante da base territorial.
- (D) na sede da federação ou confederação sindical.

46. São princípios constitucionais da organização sindical brasileira:

- (A) a pluralidade sindical, a contribuição sindical e o sistema confederativo.
- (B) a contribuição sindical, o sistema confederativo e o sindicato único.**
- (C) o sistema confederativo, o registro de sindicatos no órgão competente e a autorização para a criação de centrais sindicais.
- (D) o registro de sindicatos no órgão competente, a autorização para a criação de centrais sindicais e a pluralidade sindical.

47. A Constituição Federal de 1988 inclui, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais,

- (A) salvo disposição legal em contrário, facultada a compensação semanal de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva.
- (B) facultado o acordo de prorrogação de horas e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva.
- (C) facultada a compensação de horários e a redução da jornada quando prevista em lei.
- (D) facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.**

48. São requisitos legais que configuram a relação de emprego:

- (A) a dependência, o salário, a pessoalidade e a não eventualidade do trabalho prestado.**
- (B) o salário, a pessoalidade, a não eventualidade e a exclusividade.
- (C) a pessoalidade, a não eventualidade, a exclusividade e a dependência.

(D) a não eventualidade, a exclusividade, a dependência e a onerosidade.

49. Indique a alternativa com a seqüência correta dos prazos dos fenômenos jurídicos: Recurso Ordinário, Agravo de Petição, Embargos à Execução, Ação Rescisória, Contestação de Artigos de Liquidação:

(A) **8 dias, 8 dias, 5 dias, 2 anos e 15 dias.**

(B) 8 dias, 5 dias, 5 dias, 2 anos e 8 dias.

(C) 8 dias, 8 dias, 10 dias, 1 ano e 10 dias.

(D) 8 dias, 8 dias, 5 dias, 1 ano e 15 dias.

50. Do despacho denegatório de qualquer recurso na Justiça do Trabalho cabe

(A) agravo retido.

(B) **agravo de instrumento.**

(C) agravo de petição.

(D) embargos infringentes.

51. O prazo de prescrição dos direitos do trabalhador rural é:

(A) **dois anos a contar de sua dispensa.**

(B) cinco anos a contar de sua dispensa.

(C) três anos a contar de sua dispensa.

(D) um ano a contar de sua dispensa.

52. A hora noturna tem a duração de

(A) 52 minutos e 40 segundos.

(B) 51 minutos e 30 segundos.

(C) **52 minutos e 30 segundos.**

(D) 56 minutos.

53. O recurso cabível contra acórdão proferido em dissídio coletivo é

(A) **recurso ordinário.**

(B) recurso de revista.

(C) agravo de instrumento.

(D) recurso extraordinário.

54. Assinale a afirmativa falsa.

(A) O trabalho noturno deve ter remuneração superior ao diurno.

(B) **O adicional de insalubridade é calculado sobre o salário do empregado.**

(C) O adicional de periculosidade é calculado sobre o salário do empregado.

(D) As férias devem ser pagas com o seu valor acrescido de 1/3.

55. O automóvel da empresa, utilizado pelo empregado,

- (A) é sempre computado na remuneração do empregado como salário in natura.
- (B) é computado na remuneração do empregado quando demonstrada a sua indispensabilidade para o trabalho.
- (C) é computado na remuneração do empregado quando demonstrada a sua dispensabilidade para o trabalho.**
- (D) nunca é computado na remuneração do empregado.

## Direito Civil

56. Quando a remuneração do empreiteiro for estipulada para a obra inteira, sem que se considere o fracionamento de sua atividade, mas admitindo sua variação em decorrência do preço de algum dos componentes da obra, configurada está a empreitada

- (A) por medida.
- (B) a preço fixo relativo.**
- (C) por preço máximo.
- (D) por preço de custo.

57. A proibição do Código Civil do casamento de viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer o inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, constitui

- (A) impedimento dirimente privado.
- (B) impedimento dirimente relativo.
- (C) impedimento dirimente absoluto.
- (D) impedimento impediante.**

58. A posse resultante do abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa com o dever de devolvê-la, designa-se:

- (A) precária.**
- (B) oculta.
- (C) clandestina.
- (D) indireta.

59. A obrigação que subordinou a ineficácia do ato negocial a um evento futuro e incerto é:

- (A) obrigação condicional suspensiva.
- (B) obrigação modal.
- (C) obrigação condicional resolutiva.**
- (D) obrigação a termo final.

60. A cláusula inserida no contrato pela qual os contratantes anuem que a venda se desfaça, caso o comprador deixe de cumprir suas obrigações no prazo estipulado, designa-se

- (A) retrovenda.

- (B) perempção.
- (C) reserva de domínio.
- (D) pacto comissório.**

61. Quando uma das partes oculta alguma coisa que o co-contratante deveria saber e, se sabedor, não teria realizado o negócio, ter-se-á

- (A) erro acidental.
- (B) dolo negativo.**
- (C) simulação maliciosa.
- (D) simulação absoluta.

62. A aluvião imprópria é

- (A) acessão natural por abandono de álveo por um rio.
- (B) acessão natural que se dá quando o acréscimo de terras as margens de um rio se forma em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo.**
- (C) acessão natural que se opera pelo repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um prédio para se juntar a outro.
- (D) acessão artificial porque as terras se acrescentam à margem do rio por meio de intervenção humana.

63. Assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela pode ser oriunda de provimento voluntário, enquanto a curatela é sempre deferida, em processo de interdição, pelo magistrado.**
- (B) O pátrio poder é compatível com a tutela.
- (C) Os alimentos indenizadores são os exigidos, apenas, em decorrência de vínculo familiar.
- (D) Não pode ser dispensado da tutela testamentária, legítima ou dativa, aquele que já estiver no exercício de tutela ou curatela.

64. O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, denomina-se

- (A) quase-usufruto.
- (B) sucessivo.
- (C) temporário.
- (D) simultâneo.**

65. Assinale a opção falsa.

- (A) Sonegação é a ocultação dolosa de bens que devam ser inventariados ou levados à colação.
- (B) O dotador ou doador pode dispensar da colação o dote ou doação, desde que saia de sua meação disponível, não a exceda e o faça constar expressamente do título constitutivo da liberalidade.

**(C) Com o julgamento da partilha, o direito de cada herdeiro circunscrever-se à aos bens de seu quinhão, pois os co-herdeiros, antes dela, já tinham divisibilidade de seu direito à posse e ao domínio dos bens da massa partível.**

(D) Não estão adstritas à colação as doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente.

### **Direito Processual Civil**

66. Caio, alegando que perdeu uma de suas mãos enquanto operava uma prensa na empresa em que trabalhava, propôs demanda com objetivo de obter o pagamento dos benefícios previdenciários a que tem direito. Essa demanda deverá ser julgada pela

(A) Justiça do Trabalho.

(B) Justiça Comum Federal.

(C) Justiça Comum Estadual, por Vara da Fazenda Pública, nas comarcas em que esta existir.

**(D) Justiça Comum Estadual, por Vara Cível, se não existir vara especializada.**

67. Inconformado com decisão proferida por juiz de primeira instância que rejeitou alegação de ilegitimidade de agir, o réu interpôs agravo de instrumento, o qual foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado, vencido o terceiro julgador. Contra essa decisão, o autor poderá interpor

(A) embargos infringentes.

**(B) recurso especial.**

(C) agravo regimental.

(D) recurso extraordinário.

68. João e Mário, menores impúberes, representados por sua mãe, Cornélia, propuseram em face de seu pai, Caio, ação revisional de alimentos. Citado regularmente, Caio pretende que sejam abatidos do valor pleiteado R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que lhe são devidos por Cornélia. Aponte a alternativa correta.

**(A) A compensação, neste caso, não é permitida, na medida em que os alimentos são requeridos pelos filhos, enquanto a dívida seria da mãe.**

(B) Caio pode pleitear a compensação em contestação como matéria de defesa de mérito.

(C) Tendo em vista a presença dos requisitos subjetivos específicos, Caio pode pleitear a compensação por meio de reconvenção.

(D) Caio pode pleitear a compensação em contestação, formulando pedido contraposto.

69. Antônio ajuizou em face de João cautelar de busca e apreensão, a qual foi distribuída à 1ª Vara Cível, tendo o juiz determinado a citação do requerido. Em sua petição inicial informa que a ação principal terá como objetivo condenar o réu ao pagamento de indenização por má gestão de empresa da qual autor e réu são sócios. Após ser determinada a citação, e tendo em vista a denegação de medida liminar, Antônio ingressou com nova medida de cautelar em face de João, desta vez nominada, a qual foi distribuída à 2ª Vara Cível. Segundo informa a petição inicial da segunda cautelar, será proposta ação principal

com o objetivo de condenar o réu a pagar indenização em razão da má gestão de empresa da qual as partes são sócias. O pedido e a causa de pedir, nas duas cautelares, são idênticos. Infere-se que

(A) as duas cautelares irão se processar separadamente, pois não há conexão entre as mesmas.

**(B) a segunda cautelar deverá ser extinta, na medida em que pouco importa o nome da ação, se as partes, o pedido e a causa de pedir são os mesmos e ocorre a litispendência, condenando-se o autor como litigante de má-fé.**

(C) as duas cautelares deverão ser reunidas, porque embora conexas as duas cautelares, têm procedimento diverso, razão pela qual não são idênticas nos precisos termos da litispendência.

(D) a primeira cautelar deverá ser extinta, de vez que a interposição da segunda cautelar traduz a desistência tácita da primeira cautelar.

70. Caio propõe em face de Tício ação de investigação de paternidade, a qual é julgada procedente, transitada a decisão em julgado. Passados mais de dois anos, Caio e Tício submetem-se ao exame de DNA, sendo que o resultado é em sentido contrário ao quanto decidido na mencionada ação. Tício, com base nessa prova, propõe demanda judicial negatória da paternidade. Assinale a hipótese correta.

(A) A ação será julgada procedente, anulando-se a decisão anterior, de vez que a prova científica nesse caso é absoluta.

(B) A questão da paternidade será novamente julgada, levando-se em conta o conjunto probatório, podendo o juiz, com base no seu livre convencimento motivado, julgar em sentido contrário à prova técnica.

**(C) A ação será extinta sem julgamento de mérito, na medida em que a prova nova não permite a rediscussão de matéria ao abrigo da coisa julgada material.**

(D) A ação será julgada procedente, desde que seja proposta sob a forma de ação rescisória, na medida em que o prazo de dois anos, nesse caso, é contado a partir do conhecimento da prova nova.

71. Caio propõe demanda pelo procedimento comum ordinário, em face de Tício, pleiteando sua condenação ao pagamento de dívida oriunda de contrato de mútuo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Apresentada a contestação e oferecida a réplica, Caio requer a designação de audiência de conciliação e fixação de pontos controvertidos. O juiz indefere o pedido, designando audiência de instrução e julgamento. Caio interpõe agravo de instrumento. Do exposto, resulta que

(A) o agravo de instrumento não será conhecido, na medida em que contra decisões interlocutórias no procedimento comum ordinário somente é admissível o agravo retido.

(B) o agravo de instrumento não será provido, por caber ao juiz, na condição de responsável pelo comando do processo, decidir quais os atos processuais que deverão ou não ser praticados.

(C) o agravo de instrumento não será provido, de vez que necessário seria o seu conhecimento no efeito ativo, o que é vedado pelo sistema processual.

**(D) o agravo de instrumento será provido, pois que, tratando-se de matéria de ordem**

**pública, não pode o juiz alterar o procedimento.**

72. Caio propõe demanda em face de Tício, pleiteando a condenação deste ao pagamento de perdas e danos em razão do descumprimento de cláusula contratual. Designada audiência de instrução e julgamento, Tício arrola como sua testemunha o juiz da causa. O juiz deverá

(A) oficiar seu substituto legal para que presida a audiência de instrução.

(B) indeferir o pedido de sua oitiva, porquanto não se permite que o juiz da causa seja arrolado como testemunha.

**(C) declarar-se impedido, devendo instruir e julgar a demanda seu substituto legal.**

(D) apresentar, na própria audiência, por escrito, suas declarações, prosseguindo na colheita das provas e julgamento da demanda.

73. Caio propõe demanda em face de Tício, a qual é julgada procedente. Inconformado, Tício interpõe recurso de apelação, o qual é distribuído a uma das Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O recurso de apelação é provido por maioria de votos. Tendo em vista que outra Câmara do mesmo Tribunal tem dado entendimento idêntico àquele do juiz de primeiro grau na interpretação dos dispositivos legais que são objeto da demanda, ou seja, em sentido contrário àquele do acórdão proferido em apelação, Caio interpõe embargos infringentes e suscita o incidente de uniformização de jurisprudência. Da proposição, conclui-se que

(A) o recurso será suspenso, encaminhando-se o incidente para o Superior Tribunal de Justiça se tratar de interpretação de normas federais, e ao Supremo Tribunal Federal, se as normas forem constitucionais.

(B) suscitado o incidente, o relator colocará em pauta o recurso e o incidente para julgamento conjunto.

(C) o incidente será rejeitado de plano porque ao teor da Constituição Federal a divergência deverá ser entre turmas de tribunais diversos e não do mesmo tribunal.

**(D) cabe ao órgão julgador dos embargos infringentes verificar da necessidade ou não de ser uniformizada a jurisprudência, não cabendo nenhum recurso dessa decisão.**

74. Caio interpõe recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça, alegando violação de norma federal e divergência entre a interpretação dada às normas federais, que são objeto da demanda, pela decisão recorrida e por decisões do próprio Superior Tribunal de Justiça. A 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça admite o recurso com fundamento na alegação de violação de norma federal, mas não no tocante ao segundo argumento. Contra essa decisão não foi interposto recurso. Processado regularmente o recurso especial, a Turma Julgadora do Superior Tribunal de Justiça dá provimento ao recurso com base no dissídio jurisprudencial. A decisão daquele Tribunal Superior está

**(A) correta, pois nada impede o conhecimento por parte do Superior Tribunal de Justiça de fundamento que não tenha sido admitido na instância de origem.**

(B) errada, porquanto não se admite a interposição de recurso especial com base em dissídio jurisprudencial em que o paradigma é o próprio Superior Tribunal de Justiça.

(C) errada, de vez que o recorrente deveria ter interposto agravo de instrumento contra a

decisão da 3ª Vice-Presidência que negou seguimento parcial ao recurso especial.

(D) errada, na medida em que o recurso especial, com base em dissídio jurisprudencial somente pode ser julgado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

75. Caio propõe execução contra devedor solvente em face de Tício. Citado, regularmente, é feita a penhora sobre imóvel, sendo o executado e sua esposa Penélope intimados. Tício oferece embargos que são julgados improcedentes, transitando em julgado a sentença. O imóvel é avaliado e designada hasta pública. Antes de arrematação, Penélope ingressa com embargos de terceiro, alegando que o imóvel penhorado constitui bem de família, razão pela qual não pode sofrer a constrição judicial. Deduz-se que

(A) os embargos de terceiro deverão ser rejeitados liminarmente, porquanto Penelope teria que interpor embargos de devedor, pois fora intimada da penhora.

(B) os embargos de terceiro deverão ser rejeitados, na medida em que Penélope teria que os interpor no prazo de 10 (dez) dias contados de sua intimação.

(C) os embargos de terceiro serão processados e, caso Penélope demonstre efetivamente que se trata de bem de família, o mesmo será levado à hasta pública e metade do valor obtido na arrematação lhe será pago para que possa adquirir outro imóvel.

**(D) os embargos de terceiro serão processados e, caso Penélope demonstre efetivamente que se trata de bem de família, o juiz irá proferir sentença liberando a totalidade do bem, cabendo ao exeqüente requerer a penhora sobre outros bens do executado.**

### **Direito Administrativo**

76. Bens públicos de domínio de Município podem ser desapropriados

(A) apenas se o bem for móvel e não estiver afetado a um serviço público.

(B) apenas pela União, para fins de reforma agrária.

**(C) pela União e pelo Estado em cujo território o bem se encontre.**

(D) apenas pela União, para fins de utilidade pública.

77. O ato administrativo de autorização diferencia-se do de homologação porque o primeiro

**(A) é discricionário e o segundo é vinculado.**

(B) só atinge interesse público e o segundo, interesse privado.

(C) não exige ampla defesa do autorizado e o segundo sim.

(D) é vinculado e o segundo é precário.

78. A invalidação do ato administrativo que afronte o ordenamento jurídico

**(A) não elide o direito à indenização de terceiros de boa-fé.**

(B) pode ser decretada a qualquer tempo.

(C) só pode ser decretada pela própria autoridade administrativa que editou o ato irregular, desde que dentro do prazo prescricional estabelecido em lei.

(D) só poderá ocorrer se houver convalidação posterior.

79. O ato que investe uma pessoa jurídica privada no direito de executar e explorar um serviço público, por sua conta e risco, chama-se

- (A) contrato administrativo, para concessão, permissão ou autorização.
- (B) autorização legislativa.
- (C) outorga de concessão, mediante contrato administrativo, e de permissão, mediante ato administrativo.**
- (D) ato vinculado ou discricionário, para concessão, permissão ou autorização.

80. Para um Município contratar um parecer jurídico de um advogado, deverá

- (A) realizar concurso público.
- {B} realizar sempre procedimento de licitação.
- (C) dispensar procedimento licitatório, desde que o advogado já tenha sido contratado anteriormente para serviço de igual natureza.
- (D) tratar-se, o parecer, de um trabalho singular e ser o advogado um profissional de notória especialização.**

81. A invasão do Presídio de Carandiru pela Polícia Militar do Estado, acarretando a morte de 111 detentos, caracterizou a responsabilidade objetiva do Estado

- (A) pelo abuso do direito-dever de repressão, individualmente comprovado.
- (B) pela teoria do risco administrativo.**
- (C) pela comprovação do dolo dos policiais militares.
- (D) por ter sido ordenada pela cúpula da Polícia Militar e outras autoridades superiores.

82. O chamado "poder extroverso" da Administração, que permite ao Poder Público editar provimentos que interferem na esfera jurídica do administrado, dá ao ato administrativo o atributo de

- (A) executoriedade.
- (B) exigibilidade.
- (C) imperatividade.**
- (D) legitimidade.

83. A acessibilidade a cargo público

- (A) depende de concurso público para os cargos de provimento efetivo, com as exceções constitucionais.**
- (B) não depende de concurso público se o cargo for de provimento efetivo.
- (C) está proibida a estrangeiro.
- (D) depende sempre de concurso público de provas e títulos, independentemente da natureza do cargo.

Direito Constitucional

84. Emenda Constitucional deve ser promulgada

- (A) pela Casa na qual tenha sido concluída a votação do projeto de emenda.
- (B) pelo Presidente da República.
- (C) pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (D) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

85. São garantias dos direitos coletivos:

- (A) o mandado de segurança coletivo e a sindicalização.
- (B) o direito de greve e a ação popular.
- (C) o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção coletivo e a ação popular.**
- (D) o mandado de segurança coletivo e a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

86. Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

- (A) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial.
- (B) tiver reconhecida outra nacionalidade originária, por lei estrangeira.**
- (C) adquirir outra nacionalidade para poder viajar a este país.
- (D) naturalizar-se em país que tenha tratado de reciprocidade de tratamento com o Brasil.

87. Nos princípios constitucionais do orçamento público

- (A) enquadram-se os da exclusividade, da anualidade e da unidade.**
- (B) não se enquadram os princípios da eficiência e da universalidade.
- (C) enquadra-se o princípio da vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- (D) o princípio da legalidade é o único que se estende aos planos plurianuais.

88. O princípio da supremacia constitucional

- (A) decorre da possibilidade de a União intervir nos Estados e Municípios.
- (B) requer a conformidade à Constituição apenas dos atos legislativos, visto que os atos administrativos devem ser conformes apenas à lei infra constitucional.
- (C) requer a conformidade de todas as situações jurídicas aos princípios e preceitos da Constituição.**
- (D) não se impõe se houver omissão na prática de ato administrativo.

89. São objetivos fundamentais do estado brasileiro:

- (A) a livre iniciativa e o pluralismo econômico.
- (B) a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza.**
- (C) a cidadania e a redução das desigualdades sociais.
- (D) a soberania e a promoção do bem de todos.

90. A fixação dos subsídios dos deputados federais

- (A) é da competência concorrente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (B) é da competência da Câmara dos Deputados.
- (C) é da competência exclusiva do Congresso Nacional.**
- (D) depende da iniciativa privativa do Congresso Nacional.

91. O controle externo das contas do Chefe do Poder Executivo é função

- (A) das Câmaras Municipais, nos Municípios, com o auxílio dos respectivos Tribunais e Contas.**
- (B) dos Tribunais de Contas, sujeito à prévia apreciação do Poder Legislativo.
- (C) exclusiva do Poder Judiciário.
- (D) de natureza jurisdicional, em face de caber ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o seu poder regulamentar.

Ética Profissional e Estatuto

92. Advogado e cliente estabeleceram um acordo verbal visando à postulação, contra determinada empresa, de diversas verbas, entendidas como devidas, em face de despedida sem justa causa. Durante o curso da lide a empresa promoveu acerto direto com o ex-empregado, concordando com o pagamento de algumas verbas pleiteadas e dos valores do FGTS. O termo de acordo foi levado a juízo e devidamente homologado. Com exceção dos valores do FGTS, todos os demais foram depositados nos autos, bem como as guias para levantamento do FGTS em nome do empregado. Para levantar os valores depositados quer o advogado receber o percentual combinado, sobre todo o acordo, inclusive sobre os valores do FGTS, com o que não concorda o cliente. Para não incidir em infração ético-disciplinar, o advogado deverá

- (A) levantar os valores depositados e reter o percentual de honorários somente sobre os valores das parcelas do acordo judicial e aguardar que o cliente proceda ao saque do FGTS.
- (B) não levantar os valores depositados e informar ao juiz da causa que o cliente se recusa ao pagamento do percentual de honorários incidente sobre os valores do FGTS, requerendo o seu bloqueio.
- (C) levantar os valores depositados e repassá-los integralmente ao cliente, inclusive as guias de levantamento do FGTS e requerer ao mesmo juiz a cobrança de honorários.
- (D) levantar os valores depositados e repassá-los integralmente ao cliente, inclusive as guias de levantamento do FGTS, e propor ação de arbitramento de honorários no juízo cível.**

93. Cícero executou serviços profissionais no foro judicial, tendo vencido a causa para seu cliente. Embora já tivesse efetuado a prestação de contas ao cliente, manteve guardados em seus arquivos vários papéis e documentos comuns ao advogado e cliente. Procurou o cliente para formalizar a entrega desse acervo e não mais o localizou. Pretende manter comportamento em consonância com a ética profissional, porém, tem dúvidas quanto a sua atuação. Marque a atitude mais correta para resguardar a conduta do profissional.

- (A) Desfazer-se dos papéis e documentos, em face da prestação de contas já feita e aceita

pelo cliente, para que não corra o risco de uma eventual quebra do sigilo profissional.

(B) Conservar os papéis e documentos comprobatórios em seus arquivos, sem qualquer limite de tempo.

**(C) Guardar os papéis e documentos comprobatórios em seus arquivos, pelo menos durante o lapso temporal necessário à ocorrência da prescrição de eventual ação de prestação de contas e/ou de cobrança.**

(D) Manter os papéis e documentos nos seus arquivos pelo prazo de quatro anos.

94. Tício pretende atender aos seus colegas, advogados do interior, que necessitam de alguém ligado às atividades advocatícias na Capital, para a realização de sustentações orais nos Tribunais, reprodução e encaminhamento de acordãos, cumprimento de precatórias, requisição de certidões, etc. Para informar essa sua prestação de serviços, quer afixar cartazes em salas de advogados dos Fóruns do interior e remeter folhetos informativos para todas as Subsecções. Em face de regramento ético vigente,

(A) não existe tolerância quanto à remessa de folhetos para colegas advogados e afixação de cartazes nas salas de Fóruns e de Subsecções.

(B) é permitida a afixação de cartazes nas salas de Fóruns e de Subsecções, vedada, porém, a remessa de folhetos, ainda que discretos, para os colegas advogados.

(C) é vedada a afixação de cartazes em salas de Fóruns e de Subsecções, porém permitida a remessa de folhetos para os colegas advogados.

**(D) a publicidade deve ser moderada e discreta, ainda que dirigida especificamente para colegas e afixação de cartazes em salas de Fóruns e de Subsecções é desaconselhável por implicar abonação da entidade.**

95. Turíbio, advogado que durante muitos anos defendeu diversos clientes nos denominados "crimes do colarinho branco", desligou-se de todas as causas que lhe foram confiadas, renunciando formalmente os mandatos. Não conseguiu, no entanto, fazer os acertos dos seus honorários advocatícios, em face da negativa e afronta dos antigos clientes. Pretende agora promover a execução de alguns contratos de honorários escritos e discutir outros, objeto de acerto verbal não cumprido. Como deverá comportar-se diante da regra do sigilo profissional?

(A) A regra do sigilo profissional é de ordem pública e absoluta, e assim só poderá executar os honorários apenas com relação ao contrato escrito.

**(B) A regra do sigilo profissional é princípio de ordem pública, porém, não absoluto e, excepcionalmente, poderá haver revelações nos limites necessários à própria defesa, sendo autorizada toda postulação judicial para a cobrança de honorários.**

(C) O Tribunal de Ética e Disciplina da OAB é o órgão competente para analisar a situação e autorizar a quebra da regra do sigilo profissional.

(D) Por ser princípio de ordem pública, em qualquer caso não existe possibilidade de quebra da regra do sigilo profissional.

96. Para a inscrição na OAB, como advogado, é necessário: capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em direito; título de eleitor; quitação do serviço militar aprovação em exame de Ordem; não-exercício de atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral e compromisso perante o Conselho (art. 8º do EAOAB). Como ocorre a decretação

da inidoneidade moral do interessado que inviabiliza a sua inscrição na OAB?

- (A) A inidoneidade moral só pode ser suscitada pela diretoria da Subseção à qual o interessado ficará vinculado e declarada pela diretoria da Seccional.
- (B) A inidoneidade moral só pode ser suscitada pelos integrantes da Comissão de Inscrição e Seleção da Seccional, e declarada mediante decisão de dois terços dos votos do Conselho Seccional.
- (C) A inidoneidade moral só pode ser suscitada pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e declarada mediante decisão de metade mais um, dos membros que o compõem.
- (D) A inidoneidade moral pode ser suscitada por qualquer pessoa e declarada mediante decisão de dois terços dos votos de todos os membros do Conselho Seccional.**

97. O advogado é indispensável à administração da justiça, e no seu ministério privado, presta serviço público e exerce função social (art. 2º e seu § 1º da Lei 8.906/94) . Para o exercício de seu ministério privado, o advogado possui prerrogativas, quase todas inseridas nos artigos 6º e seguintes do seu Estatuto. Em ação direta de inconstitucionalidade nº 1127-8-DF, o STF, por maioria de votos, concedeu medida liminar suspendendo a imunidade profissional do advogado que, no efetivo exercício profissional, pratique o crime de

- (A) desacato.**
- (B) difamação.
- (C) injúria.
- (D) tergiversação.

98. Para exercer a administração de imóveis, ainda que de bens pertencentes a seus clientes, por ser uma atividade não incluída no regramento do art. 1º da Lei nº 8.906/94, o advogado deverá inscrever-se no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Essa premissa é

- (A) verdadeira, porque a administração de bens imóveis não pode ser praticada por qualquer cidadão que não esteja filiado à entidade fiscalizadora de corretora em imobiliária.
- (B) falsa, porque a administração de bens imóveis pode ser praticada por qualquer cidadão, independentemente de inscrição em qualquer órgão.**
- (C) falsa, porque a administração de bens imóveis só pode ser praticada por advogado regularmente inscrito na OAB.
- (D) verdadeira, porque o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis é o único órgão com competência para regulamentar os trabalhos que envolvam bens imóveis.

99. Július é titular de um grande escritório de advocacia que atua em diversas comarcas do Estado. Em obediência ao EAOAB e Código de Ética e Disciplina, recebe mandato procuratório em conjunto com seus outros nove sócios e estagiários que atuam em sua banca. Recentemente aceitou exercer, em comissão, e pelo prazo de doze meses, o cargo de advogado-chefe em determinado órgão público. Tratando-se de situação que faz surgir a incompatibilidade para o exercício da advocacia em geral, afastou-se do escritório e comunicou à OAB, porém, por ser transitória e ser o interessado participe de uma sociedade de advogados, poderá

- (A) manter o seu nome nas placas indicativas do escritório.
- (B) ter seu nome incluído nas procurações que o escritório vier a receber e mantê-lo nas já recebidas com outros advogados.
- (C) substabelecer com reservas de poderes os mandatos recebidos, ainda que dos mesmos já constem os nomes dos demais integrante do escritório.
- (D) exercer a advocacia apenas para o órgão público onde se encontra comissionado.**

100. A competência para suspender preventivamente o advogado, acusado de infração ético-disciplinar, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, é do

- (A) Conselho Federal da OAB.
- (B) Conselho Seccional da OAB onde o acusado tenha inscrição principal.
- (C) Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal.**
- (D) Juiz de Direito onde tenha sido proposta a ação competente contra o advogado.